

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA ÓTICA DE GESTORES MUNICIPAIS

LA EDUCACIÓN FÍSICA EN LA EDUCACIÓN DE LA PRIMERA INFANCIA DESDE LA PERSPECTIVA DE LOS GESTORES MUNICIPALES

PHYSICAL EDUCATION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF MUNICIPAL MANAGERS

Eliane Aparecida NOGUEIRA ¹
Eduard Angelo BENDRATH ²
Andreia Paula BASEI ³

RESUMO: A Educação Física na educação infantil possui um papel fundamental no processo de desenvolvimento humano uma vez que propicia o conhecimento entre a relação sujeito e seu mundo a partir do movimento. Assim, o objetivo dessa pesquisa foi analisar sob o prisma da gestão educacional e dos instrumentos legais, a inserção da educação física como componente da educação infantil a partir da visão de dois gestores públicos de municípios paranaenses. Os dados coletados via entrevista semiestruturada, foram analisados por meio da análise de conteúdo, sendo criadas categorias *a posteriori*. Constatou-se que do ponto de vista da gestão, a educação física possui relevância declarada, porém a sua inserção é colocada em segundo plano em razão de prioridades administrativas gerenciais.

Palavras-chave: Gestão. Educação Infantil. Educação Física.

ABSTRACT: Physical Education in early childhood education has a fundamental role in the process of human development since it provides the knowledge of the subject and his world from the movement. The objective of this study was to analyze under the prism of educational management and legal instruments, the integration of physical education as a component of early childhood education from the point of view of two public managers of municipalities in Paraná. The data collected through semi-structured interviews were analyzed through content analysis, being created categories in posteriori. It was noted that from the point of view of management, physical education has relevance declared, but their inclusion is placed in the background because of administrative priorities managerial.

Keywords: Management. Child Education. Physical Education.

RESUMEN: La educación física en la educación de la primera infancia tiene un papel fundamental en el proceso de desarrollo humano, ya que proporciona el conocimiento del relación entre sujeto y su mundo través del movimiento. Así, el objetivo de este estudio fue analizar bajo el prisma de la gestión educativa y los instrumentos jurídicos, la integración de la educación física como componente de la educación de la primera infancia, desde el punto de vista de dos gestores públicos de los municipios de Paraná.

¹ Licenciada em Educação Física. UEM – Campus Regional do Vale do Ivaí. elianean18@hotmail.com

² Doutor em Educação. UEM – Campus Regional do Vale do Ivaí. bendrath@gmail.com

³ Doutoranda em Educação. UEM – Campus Regional do Vale do Ivaí. andreiabasei@yahoo.com.br

Los datos recogidos a través de entrevistas semi-estructuradas fueron analizados a través de análisis de contenido, siendo las categorías creadas a posteriori. Se señaló que desde el punto de vista de la gestión, la educación física tiene importancia declarado, pero su inclusión es colocado en el fondo a causa de las prioridades administrativas de gestión.

Palavras clave: Gestão. Educação em primeira infância. Educação Física.

Introdução

O objetivo desse trabalho⁴ foi analisar, a partir da visão de dois secretários municipais de educação do interior do Paraná (entendidos aqui como gestores de instância máxima), como a educação física é vista a partir da sua inserção na educação infantil e como os gestores atuam no sentido de garantir, o pleno desenvolvimento infantil tal qual preconizam os instrumentos normativos da área.

Dessa forma, compreende-se a educação infantil como etapa inicial da trajetória escolar, e no intuito de garanti-la como um direito fundamental instrumentos normativos, tais como, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), norteiam os parâmetros em que os agentes públicos devem se pautar. Estes instrumentos visam assegurar o processo de ensino-aprendizagem do aluno, estabelecendo para isso algumas reflexões e proposições acerca de conteúdos, e orientações sobre a educação (BRASIL, 1996; BRASIL, 1998; BRASIL, 2013).

Os mesmos documentos também propõem a intencionalidade de desenvolvimento integral do aluno, onde expõem além de outros aspectos, considerações referentes à cultura corporal de movimento como conteúdo a ser ensinado na educação básica, abrangendo deste modo a etapa referente à educação infantil.

Devido a isso, volta-se a atenção para o gerenciamento das ações do Estado e dos municípios sobre a educação infantil, e nesse caso a inserção da educação física nessa etapa de ensino com professor com formação específica na área, já que, segundo Cury (2006), é função do gestor assegurar a efetivação dos direitos previstos em lei, em específico os referentes à educação no âmbito de suas atribuições. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBEN), estabelece que a educação infantil deve

⁴ Trabalho final apresentado ao Programa de Iniciação Científica (PIC)

prezar pelo desenvolvimento integral dos alunos até os cinco anos de idade, abrangendo os aspectos físico, psicológico, intelectual e social dos mesmos (BRASIL, 1996).

Dentre os objetivos da educação infantil, expostos no Referencial Curricular Nacional, está o desenvolvimento das capacidades de ordem física “[...] apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, autoconhecimento, uso do corpo na expressão de emoção e deslocamento com segurança” (BRASIL, 1998, p. 48). Este objetivo nos remete à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece a disciplina de educação física como componente curricular obrigatório na educação básica, que atualmente abrange a educação infantil.

A Educação Física na Educação Infantil

Ao se analisar a presença da educação física na educação infantil, é importante observar as várias relações estabelecidas entre a criança e seu universo, ao qual se encontra a família, a comunidade, a escola, e entre estes, o professor (FARIAS, *et al*, 2007).

Em se tratando sobre da importância da educação infantil no processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento da criança, nota-se que, neste período, a criança se encontra em uma fase em que ocorrem significativas mudanças em seus aspectos social, físico, psicológico e biológico, responsáveis pela aquisição de futuros comportamentos e habilidades, e é neste momento que a ação do professor torna-se fundamental, pois é ele quem vai direcionar e atuar juntamente a essas mudanças (GOULART; ASSIS, 2011).

Conforme os autores, é por meio de situações, experiências, culturas e rotinas compartilhadas que a criança constitui sua identidade e subjetividade. E a educação infantil pode atuar como facilitadora deste processo. Ainda sob a perspectiva do desenvolvimento da criança, entendemos que a educação infantil deve proporcionar a esta:

[...] o maior número de experiências de movimento possível, onde elas possam adquirir formas de movimentar-se livremente, desenvolvendo sua própria relação com a cultura do movimento, experimentando os diferentes sentidos e significados do movimento, para, a partir de suas vivências, incorporá-las a seu mundo de vida (BASEI, 2008, p. 7).

Em se tratando da educação física na educação infantil, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil traz em seus objetivos, questões a respeito do corpo e do movimento, sendo elas:

Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar. [...] Brincar, expressando emoções, sentimento, pensamentos, desejos e necessidades. Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva [...] (BRASIL, 1998, p. 63).

Exposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, dentre algumas das experiências de aprendizagens, a criança:

[...] deve ter possibilidade de fazer deslocamentos e movimentos amplos nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição, envolver-se em explorações e brincadeiras com objetos e materiais diversificados que contemplem as particularidades das diferentes idades, as condições específicas das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e as diversidades sociais, culturais, étnico-raciais e linguísticas das crianças, famílias e comunidade regional (BRASIL, 2013, p. 93).

Além disso, a educação infantil deve abranger em sua proposta curricular de modo a ampliar possibilidades de vivências e desenvolvimento para as crianças,

Atividades que desenvolvam expressão motora e modos de perceber seu próprio corpo, assim como as que lhe possibilitem construir, criar e desenhar usando diferentes materiais e técnicas, ampliar a sensibilidade da criança à música, à dança, à linguagem teatral [...] (BRASIL, 2013, p. 94).

De acordo com Kishimoto (2001) ao se observar as práticas pedagógicas na educação infantil, é possível perceber que na maior parte do tempo são realizadas atividades voltadas apenas à apreensão de letras e números, e as práticas corporais com brinquedos e brincadeiras, que constituem a principal forma com que a criança se apropria do movimento ficam restritas apenas ao recreio. O mesmo ocorre com as atividades lúdicas, que são pouco exploradas como um modo de ensino-aprendizado na educação infantil (GOULART; ASSIS, 2011).

Outro aspecto presente quando se trabalha com o ensino-aprendizado da criança na educação infantil refere-se à utilização do jogo como um instrumento eficiente no processo de desenvolvimento da criança, principalmente em se tratando do jogo de

papéis, que segundo Magalhães e Mesquita (2014), pode ser entendido como um momento importante no desenvolvimento da criança, no qual esta se insere na universalidade das conquistas humanas. De acordo com os mesmos autores, o jogo de papéis é uma atividade em que a criança assimila as relações sociais presentes nos diversos contextos que ela está inserida.

Assim, é necessário levar em consideração que a criança se apropria do movimento como forma primordial de aprendizagem e de relação com os objetos e pessoas, ou seja, a criança “necessita agir para compreender e expressar os significados presentes no contexto histórico-cultural em que se encontra” (GARANHANI, 2001; 2002, p. 109).

A educação física é considerada fundamental para este processo de aprendizagem na educação infantil, pois conforme Ayoub (2001, p. 57), esta pode configurar-se como um espaço em que a criança brinca com a linguagem corporal, com o corpo, com o movimento, alfabetizando-se nessa linguagem. Ou seja, ao brincar com a linguagem corporal, a criança acaba criando situações que a possibilita entrar em contato com diferentes manifestações da cultura corporal, principalmente àquelas que, de acordo com a autora, estão relacionadas aos jogos e brincadeiras, às ginásticas, às danças e às atividades circenses, sempre tendo em vista a dimensão lúdica como elemento essencial para a ação educativa na infância.

Movimento e expressão/linguagem corporal são entendidos como elementos formadores do patrimônio da humanidade, sendo assim:

[...] os fenômenos da cultura que se expressam a nível corporal, bem como a ampliação, a vivência e a criação das culturas infantis de movimento, constituem a especificidade da contribuição da Educação Física na Educação Infantil (SIMÃO, 2005, s.p).

A falta de diferentes práticas motoras, principalmente na infância, acarreta em dificuldades de aquisição de padrões motores maduros. Com isso, Simão (2005) expõe que a educação física na educação infantil possibilita um melhor desenvolvimento no aspecto psicomotor da criança, auxiliando nos processos cognitivos do indivíduo, daí a importância da educação física nesta etapa da educação.

O que deve ser considerado é que, para ações pedagógicas que possam somar com o processo de desenvolvimento infantil, é necessário que se rompa com a visão de que o professor de educação física assume papel de auxiliador. Ele deve ser visto como agente mediador de conhecimento, pois conforme Farias *et al* (2007) “[...] se este

profissional com formação específica não se colocar no papel de educador, passa a ser reduzido ao papel de mero ouvinte ou acompanhante da criança” (p. 92). Ou seja,

[...] torna-se imprescindível que o professor/a de Educação Física assuma seu lugar na Instituição de Educação Infantil enquanto **conhecedor da cultura corporal de movimento**. Sendo um agente mediador no processo de aquisição do conhecimento que se dá nas vivências, práticas corporais, culturais e sociais das crianças no espaço educativo (FARIAS, *et al*, 2007, p. 95, grifo nosso).

A essa posição sobre a educação física na educação infantil, destaca-se o entendimento de Go Tani (1987) sobre o papel de uma ação pedagógica específica da área. Para o autor a falta de oportunidades para o desenvolvimento psicomotor, a falta de motivação e de orientação adequada, o ambiente em que a criança se insere são fatores que exercem influência sobre desenvolvimento do indivíduo. Porém, quando identificados estes fatores e definida uma estratégia de ação, a educação física poderá agir, favorecendo ao máximo o desenvolvimento motor e conseqüentemente o desenvolvimento global da criança.

Neste sentido, Gallahue e Ozmun (2005) ressaltam a importância do trabalho sobre os aspectos cognitivos, motor e afetivo-social para o desenvolvimento integral do indivíduo. E que a fase de aquisição dos movimentos fundamentais (andar, correr, saltar, arremessar, saltar, entre outros) encontra-se especialmente no período da educação infantil e constituem a base de toda aquisição motora posterior.

A preocupação em trabalhar o desenvolvimento motor não está apenas voltado ao âmbito biológico do indivíduo, uma vez que ele exerce influência sobre os aspectos sociais e culturais, além do cognitivo, podendo ser notado durante o desenvolvimento da criança, que ocorre primordialmente por meio de experiências sensoriais (GO TANI, 1987). O autor afirma que,

O movimento se relaciona com o desenvolvimento cognitivo no sentido de que a integração das sensações, provenientes de movimentos, resulta na percepção e toda a aprendizagem simbólica posterior depende destas percepções em forma de estruturas cognitivas (p. 25).

Para que este desenvolvimento seja completo e eficaz, deve-se considerar a importância do professor de educação física no processo de aprendizagem da criança, uma vez que este irá direcionar a exploração dos movimentos fundamentais de acordo com o nível de desenvolvimento do aluno (PANSERA, *et al*, 2008).

Metodologia

Esta pesquisa é caracterizada como de natureza qualitativa com ênfase nos aspectos descritivos. Neste tipo de pesquisa, o pesquisador é o instrumento principal para coleta de dados, possuindo caráter descritivo e enfoque indutivo (NEVES, 1996).

Quanto ao caráter descritivo da pesquisa, pode-se entender como o desejo do pesquisador em conhecer o universo a ser estudado. Este tipo de estudo exige do pesquisador uma gama de informações sobre o que se deseja investigar, pois este pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987, p. 110).

Foram entrevistados nesta pesquisa os gestores⁵ das Secretarias da Educação de dois municípios do estado do Paraná (quadro 1). A escolha desses municípios foi amparada pela posição socioeconômica das cidades da microrregião de Ivaiporã, PR, considerada uma das regiões mais pobres do estado⁶, sendo para tanto, escolhidos os municípios de maior representatividade local.

Quadro 2 – Característica dos municípios

	Município 1	Município 2
População	12.191	32.710
IDH	0,689	0,730
Matrículas Ensino Fundamental	1.503	4.162

Fonte: IBGE, 2016.

Este estudo parte do pressuposto que a posição política decisória dos gestores é de grande importância dentro do setor educacional, já que suas decisões refletem diretamente na escola. De acordo com Silva (2009), eles devem antes de qualquer coisa administrar suas ações, levando em consideração todas as opiniões divergentes, a fim de construir juntamente com a comunidade, uma administração democrática, visando uma instituição que melhor atenda as necessidades existentes em seu público alvo. Principalmente devido às mudanças sofridas na educação no âmbito legislativo, como a implantação da educação infantil como primeiro ciclo da educação básica, bem como a obrigatoriedade da educação física no currículo educacional, cabe ao gestor educacional

⁵ Para essa pesquisa compreendeu-se como Gestor aqueles que ocupam a função de Secretário da Educação dos Municípios.

⁶ Para mais informações ver: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/territorio_vale_do_ivai.pdf

assegurar que estas mudanças sejam devidamente cumpridas, passando do papel para a prática nas instituições.

Foram agendadas reuniões com os respectivos gestores, a fim de apresentar a pesquisa aos mesmos. Ao concordarem com a participação, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado pelos gestores e pelo pesquisador, o que garantiu a eles, todas as prerrogativas legais amparadas pelas determinações do CONEP.

Os dados foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada, com questões elaboradas com a finalidade de abordarem os objetivos da pesquisa. Todas as questões foram construídas tomando-se como referência a Resolução 466/2012 do CONEP que versa sobre a condução de pesquisa com seres humanos. Importante ressaltar que a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Maringá (COPEPE), via processo 020936/2015.

Os dados coletados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin que consiste em:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977 *apud* GODOY, 1995, p. 23).

Dessa forma, foram criadas categorias a *posteriori*, visando investigar as questões entendidas como fundamentais para observar como os referidos gestores entendem a presença da educação física na etapa da educação infantil.

Análise e Discussão dos resultados

Os gestores entrevistados que ocupam o cargo de secretários de educação possuem 35 e 41 anos, estão no cargo a menos de 2 anos, e suas formações acadêmicas são em Letras e Direito respectivamente, conforme pode ser observado no quadro 2.

Quadro 2 – Perfil dos gestores

	Gestor 1	Gestor 2
Idade	35	41
Tempo de atuação no cargo atual	Menos de 2 anos	Menos de 1 ano
Formação	Letras	Direito
Município de atuação	Município 1	Município 2
Atua ou já atuou na Educação Básica?	Sim	Não

Fonte: Pesquisa de campo

Por meio da análise dos dados coletados nas entrevistas com os gestores municipais da educação, foi possível estabelecer três categorias que podem ser compreendidas como: A) Entendimento acerca do papel da Educação Física; B) Participação do poder público na inserção do professor de educação física na educação infantil do município; C) Desresponsabilização institucional.

A) Entendimento acerca do papel da Educação Física.

Ambos os gestores entrevistados afirmam que o professor de educação física, como detentor de conhecimento nesta área, quando exercendo seu trabalho na educação infantil, seria responsável por intervir de maneira significativa no desenvolvimento motor da criança, bem como seu desenvolvimento a nível global, corroborando com os postulados de Go Tani (1987).

Pensando no trabalho desenvolvido pelo professor de educação física na educação infantil, o gestor 1 aponta que ele poderá contemplar de maneira geral, o jogo, o brincar, o movimento corporal, ou seja, o desenvolvimento da criança, trabalhando deste modo, unindo a teoria e a prática. Seguindo este mesmo pressuposto, o gestor 2 ressalta que o professor de educação física, além deste trabalho acerca do desenvolvimento motor, poderá também promover maior estímulo quanto à prática de esportes, estimulando assim o desenvolvimento de possíveis potencialidades destes alunos.

Pautando-se na importância do movimento humano como forma de comunicação com o adulto e também de aprendizado da criança, nota-se a extrema importância da relação exercida pela educação física e a educação infantil, pois conforme afirmam Farias et al (2007), o movimento é a primeira ação da criança na tentativa de se comunicar com o mundo por meio de gestos que exprimem suas emoções, e “a Educação Física na Educação Infantil contribuirá no alargamento das experiências de movimento da criança” (p. 99).

O gestor 2 aponta que há uma carência de profissionais da área da educação física exercendo um trabalho junto aos alunos da educação infantil, e para que se pudesse haver um maior desenvolvimento da criança a nível global, seria necessário que estes profissionais estivessem presentes no dia a dia da educação desta criança. E acrescenta que, este profissional é de significativa importância no desenvolvimento motor da criança.

Embora os gestores não possuam maior conhecimento sobre o papel da educação física na educação infantil, que vai muito além do desenvolvimento motor e da prática de esportes, ambos concordam com a importância do trabalho deste profissional com as crianças. Estas concepções acerca da educação física na educação infantil podem ser observadas conforme o quadro 3 da análise das entrevistas realizadas com os gestores da educação dos municípios.

Quadro 3. Entendimento acerca do papel da Educação Física.

Categoria	Sujeito	Fala Temática
ENTENDIMENTO ACERCA DO PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA	Gestor 1	<p><i>... a educação física na educação infantil vai contemplar mais o jogo, o brincar, a brincadeira livre, a movimentação, o movimento corporal</i></p> <p><i>É contemplar esse desenvolvimento da criança... de zero a seis anos.</i></p> <p><i>um dos desafios realmente seja a questão de um profissional da área específica para estar orientando e unindo a teoria e a prática.</i></p>
	Gestor 2	<p><i>E também nós precisamos na verdade detectar dentro do nosso sistema, dentro da nossa rede, quando você ultrapassa essa questão da parte motora, você conseguir trazer essas pessoas para dentro do esporte, essas crianças para dentro do esporte, então, a ideia seria tanto para o estímulo motor, mas também para detectar as pessoas que teriam potencial para exercer uma atividade até como futuras atletas.</i></p> <p><i>Eu acho que é de uma importância enorme, não só para essa fase, mas nesse início a gente já começa a imaginar, nós temos vários momentos, nós temos até seis anos, a gente começa a imaginar, primeiro o desenvolvimento motor, né? Coordenação, que isso está diretamente ligado, uma criança que tem uma boa coordenação motora ela tem uma boa escrita, uma criança que aprende regras dentro do desenvolvimento ela começa a ter concentração.</i></p> <p><i>Então a gente percebe que essa ligação é extremamente direta à aprendizagem, isso em um primeiro momento, e eu também percebo que depois vai ajudar, influenciar bastante nas idades posteriores, por que o esporte, ele te tira de alguns caminhos, te mostra outros caminhos totalmente diferentes para sua vida, mas esse primeiro momento estimula bastante essa questão da aprendizagem, pelo estímulo da coordenação motora.</i></p>

Fonte: Pesquisa de Campo

B) Participação do poder público na inserção do professor de educação física na educação infantil

Os gestores municipais da área de educação são responsáveis pela gestão da oferta, qualidade e equidade da educação, administrando, em conjunto à comunidade, as ações a serem realizadas (BRASIL, 2006). Porém, estas medidas frequentemente esbarram em questões burocráticas e muitas vezes financeiras segundo os gestores entrevistados.

“as leis existem, a necessidade existe, mas às vezes o município não possui suporte para atender toda necessidade da criança” (GESTOR 1).

E acrescenta:

“o poder público acaba colocando uma norma, colocando uma regra, mas não oferece o suporte necessário para que os municípios contemplem todas essas áreas” (Ibidem).

Para se compreender melhor estas questões de ordem burocrática apresentadas, pautemos-nos nos artigos oitavo e nono da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), que estabelece que, “caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais” (BRASIL, 1996, p. 9), e ainda “prestar assistência técnica e financeira aos Estados, o Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva” (Ibidem, p. 10).

Ainda que o município seja considerado um órgão federado autônomo com a mesma importância que as demais instâncias, muitas vezes, quanto aos recursos financeiros, estes órgãos ainda dependem dos repasses e transferências sucedidos das esferas estadual e federal. Outra questão bastante presente em muitos municípios de pequeno porte, é que a gestão dos recursos da educação fica a cargo de outras instâncias dentro das prefeituras, e não da própria Secretaria de Educação (LIMA, 2014).

Conforme o artigo 68 da LDBEN, os recursos públicos destinados à educação são os originários da:

- I – receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- II – receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- III – receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;

IV – receita de incentivos fiscais;

V – outros recursos previstos em lei (BRASIL, 1996, p. 27).

De acordo com Lima (2014), o município pode utilizar um percentual dos impostos arrecadados, sempre acima de 25%. Lima (2014) também ressalta que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE é órgão responsável pela execução de políticas educacionais do MEC, sendo ele o responsável pela distribuição dos recursos destinados à educação pública brasileira. O repasse desses recursos pode ser realizado por meio de algumas estratégias, em que cada uma delas possui canais de distribuição que variam de acordo com seu objetivo final, podendo ser depositado diretamente na conta das escolas ou da própria Secretaria de Educação do município, que realiza a distribuição dos recursos de acordo com as prioridades. Deste modo, como cada programa possui determinadas especificidades, “o gestor deve ficar atento às exigências contratuais e regulamentações desses programas para evitar impedimentos ou interferências no recebimento da verba” (LIMA, 2014, p. 82).

O mesmo autor aponta que, além disso, o gestor municipal deve possuir conhecimento acerca do planejamento e execução do orçamento público, pois é por meio dele que são estabelecidos como, onde e quando serão gastos os orçamentos. E ainda, “o orçamento fornece a base para a execução do plano de governo ou, no caso da Secretaria de Educação, do Planejamento da Gestão Educacional, que deve contemplar todas as ações pretendidas e os recursos para viabilizá-las” (p. 93).

Neste sentido, a integração entre orçamento e planejamento das ações da Secretaria de Educação é fundamental para que estas ações previstas sejam colocadas em prática de modo a obter sucesso, assegurando o processo de aprendizagem de todos os alunos da rede (LIMA, 2014).

Os gestores apontam que para que se possa desenvolver um trabalho de qualidade com os alunos, de modo a proporcionar a educação de qualidade, faz-se necessário fornecer subsídios para tal, tanto no que se refere à alimentação, estrutura física e humana. Assim, outro ponto relatado pelos gestores municipais refere-se à carência do profissional de educação física junto à faixa etária de zero a cinco anos, que além de outros motivos, esbarra na questão relacionada ao espaço físico e à arquitetura das instituições de ensino, que, segundo eles, em muitos casos não corresponde às necessidades das crianças da educação infantil.

“[...] espaço físico adequado para atender as crianças, são poucas as escolas que tem” (GESTOR 1).

“[...]o grande problema hoje que a gente percebe, dentro dos municípios é a estrutura que se tem”. “[...] quero desenvolver o trabalho do profissional de educação física dentro da escola, mas eu tenho quadras para isso? Eu tenho pátios que são capazes de suportar esse tipo de aprendizagem?” (GESTOR 2).

Sobre espaços físicos para a educação infantil, os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil expõe que ambientes variados podem favorecer diferentes interações para com as crianças, e o professor desempenha papel importante como organizador destes espaços em que ocorrem os processos de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2006).

O mesmo documento afirma que “a reflexão sobre as necessidades de desenvolvimento da criança (físico, psicológico, intelectual e social) constitui-se em requisito essencial para a formulação dos espaços/lugares destinados à Educação Infantil” (*Ibidem*, p. 21).

Ao abordar sobre áreas de recreação e vivência, os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil expõe que a valorização dos espaços de recreação e vivência vai incrementar a interação das crianças, a partir do desenvolvimento de jogos, brincadeiras e atividades coletivas, além de propiciar uma leitura do mundo com base no conhecimento do meio ambiente imediato. O próprio reconhecimento da criança de seu corpo (suas proporções, possibilidades e movimento) poderá ser refinado pela relação com o mundo exterior (BRASIL, 2006, p. 26).

C) Desresponsabilização institucional

A presença do profissional desta área na educação infantil pode colaborar imensamente na educação das crianças desde que compreendida como uma possibilidade de trabalho em parcerias (AYOUB, 2001). Entretanto, as parcerias aqui colocadas por ambos os gestores municipais, não possuem a mesma conotação que a colocada acima, pois no caso dos municípios desta pesquisa os trabalhos em parcerias são colocados como compensatórios e até mesmo substitutos do trabalho do professor de educação física principalmente em se tratando da primeira etapa da educação básica.

Conforme relatam Costa e Borghi (2013), muitas vezes estas parcerias realizadas entre as instituições devem-se a falta de infraestrutura necessária ao atendimento do público-alvo. Já no caso dos dois municípios pesquisados, a realização destas parcerias

deve-se à falta do profissional responsável pelas ações referentes à disciplina de educação física.

Quando questionados sobre o quantitativo de professores que atendem a educação infantil e em específico à presença do professor de educação física nesta etapa, ambos os gestores apontavam para as parcerias presentes entre os municípios e estagiários.

“[...] nós contamos também com os bolsistas, os estagiários que estão cursando faculdade na área da educação” (GESTOR 1).

“[...] o pouco que se tem da área de educação física é por meio de parcerias, com as universidades, no caso com a UEM, por exemplo, onde nós temos estagiários contribuindo [...]” (GESTOR 2).

Deste modo, o trabalho que deveria estar sendo desenvolvido por professores que possuem a formação específica e o conhecimento necessário para atuarem de maneira eficiente com os alunos da educação infantil, principalmente no que se refere ao desenvolvimento motor, está sendo desempenhado por estagiários, que deveriam exercer suas funções juntamente com os profissionais formados, que acabam realizando as ações que já deveriam estar sendo desenvolvidas. Sendo estas ações realizadas dentro de uma carga horária delimitada pelo estágio, fazendo com que este trabalho não ocorra de maneira contínua nas escolas.

Um dos gestores ainda relata que a busca por algumas parcerias surgiu numa tentativa de procurar suprir essa falta de professores de educação física na educação infantil.

“E nós temos também um projeto, uma parceria com o SESC, de um projeto que chama Educar e Aprender⁷ [...], lá eles tem alguns profissionais que ajudam a desenvolver durante uma carga horária por semana, ajudam no desenvolvimento, então essa parceira tem fortalecido bastante a nossa atividade e estimulando essa questão da parte motora. [...] a busca dessa parceria com o SESC, foi para tentar suprir um pouquinho essa falta que a gente tem” (GESTOR 2).

Assim, o trabalho que deveria estar sendo realizado pelos professores de educação física, é buscado fora do ambiente escolar, por meio de projetos realizados por outras entidades parceiras dos municípios. Deste modo, os gestores relatam que, quanto

⁷ Programa Aprender e Jogar: É um programa de iniciação esportiva desenvolvido pelo SESC (Serviço Social do Comércio), o qual caracteriza-se como sendo um conjunto de ações envolvendo esportes e demais manifestações da cultura corporal do movimento como meio educacional para o desenvolvimento humano e a qualidade de vida. O programa ocorre por meio de atividades lúdicas relacionadas ao corpo e movimento e iniciação esportiva nas escolas públicas e nas unidades do Sesc.

ao desenvolvimento do aluno, principalmente no que tange ao desenvolvimento motor e desenvolvimento integral, não há carência de estímulos para tal, pois por meio das atividades realizadas pelas parcerias este aspecto é contemplado.

Embora este assunto já vem sendo tratado no projeto de lei nº 116 de 2013, em que é exposto que os conteúdos curriculares da educação física deverão ser ministrados exclusivamente por professores habilitados em curso de licenciatura em Educação Física (SENADO FEDERAL, 2013), os gestores entrevistados não demonstram grande interesse na contratação de professores de educação física para a educação infantil, pelo menos para as próximas ações a serem executadas pelo seu departamento.

Considerações Finais

Os municípios são os órgãos responsáveis pela oferta da educação infantil e pelo cumprimento das leis que regem este nível da educação básica. Deste modo, ao entrevistar os gestores municipais da educação de dois municípios do interior do Estado do Paraná, de modo a investigar o entendimento dos mesmos acerca da importância do professor de educação física na educação infantil, nota-se que eles apresentam conhecimento de que o papel deste profissional é fator fundamental no desenvolvimento de crianças de zero a cinco anos de idade.

Entretanto, há conflitos no que tange aos aspectos gerenciais, uma vez que a desresponsabilização por parte dos municípios é observada quando remetem a execução das atividades pedagógicas da educação física a terceiros, a partir dos que os gestores denominam de “parceria”.

Questionados sobre a ausência de docentes específicos do componente curricular educação física, ambos os gestores apontaram para dificuldades para a contratação dos professores. Segundo eles tais dificuldades seriam de ordem estrutural, englobando questões referentes a recursos orçamentários. Assim, as melhorias que vem sendo realizadas devem seguir, de acordo com os gestores, uma determinada ordem de prioridades, e a contratação dos professores de educação física não representa uma significância prioritária tanto quanto outras reformas necessárias para a melhoria da educação nos municípios.

Com esta pesquisa, compreende-se que as secretarias municipais de educação são responsáveis pela oferta de uma educação infantil de qualidade, e para isso, é

necessário que seja oferecido aos alunos, acesso a uma vasta área de conhecimentos e experiências que possam proporcionar subsídios para o desenvolvimento integral dos mesmos.

Os gestores educacionais dos municípios analisados, mesmo elencando a não prioridade das gestões nas contratações de professores de educação física para a educação infantil, reconhecem que é importante a presença do mesmo para com o desenvolvimento integral da criança.

Referências

AYOUB, E. Reflexões sobre a Educação Física na Educação Infantil. **Revista Paulista Educação Física**. São Paulo. Supl4. p. 53-60. 2001.

BASEI, A. P. A Educação Física na Educação Infantil: a importância do movimentar-se e suas contribuições no desenvolvimento da criança. **Revista Iberoamericana de Educación**. 2008.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília. 1996.

_____. **Lei nº 12.796, de 4 de Abril de 2013**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2013.

_____. **Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2006.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. v. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

COSTA, B. A.; BORGHI, R. F. O atendimento da educação infantil via conveniamento: um estudo das justificativas municipais. **Atos de Pesquisa em Educação - PPGE/ME**. v. 8. n. 3. p.1019-1032. Set./Dez. 2013.

FARIAS, D. C.; et al. Os principais problemas da educação física e suas relações com a realidade na/da educação infantil. **Revista Motrivivência**. Ano XIX. n. 29. 2007. p. 87-102.

GALLAHUE, D.; OZMUN, J. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2005.

GARANHANI, M. C. A Educação Física na escolarização da pequena infância. **Revista Pensar a Prática**. Goiânia. V5. p. 106-122. 2002. <http://dx.doi.org/10.5216/rpp.v5i0.49>

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29. Mai./Jun.1995.

GO TANI. Educação física na pré-escola e nas quatro primeiras séries do ensino de primeiro grau: uma abordagem de desenvolvimento I. **Revista Kinesis**. Santa Maria. V.3. N.1. p. 19-41. 1987.

GOULART, M. F. B.; ASSIS, R. M. **Aulas de Educação Física na Educação Infantil**: uma investigação em CMEIs de Jataí-GO. IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino. 2011.

KISHIMOTO, T. M. A LDB e as instituições de educação infantil: desafios e perspectivas. **Revista paulista de Educação Física**. São Paulo. p. 7-14. 2001.

LIMA, J. F. **Educação Municipal de Qualidade**: Princípios de Gestão Estratégica para Secretários e Equipes. Editora Moderna. Comunidade Educativa Cedac. Fundação Vale. 2014.

MAGALHÃES, G. M.; MESQUITA, A. M. O jogo de papéis como atividade pedagógica na educação infantil: apontamentos para a emancipação humana. **Revista Nuances**: Estudos sobre Educação. Presidente Prudente – SP. v. 25. n. 1. p. 266-279. 2014.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa: características usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo. v. 1, n. 3. 1996.

PANSERA, S. M.; et al. Educação Física no Ensino Infantil: sua influência no desempenho das habilidades motoras fundamentais. **Revista Cinergis**. v. 9. n. 2. p. 24-32. 2008.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013**. Atividade Legislativa. 2013. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115667>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

SILVA, E. P. A importância do gestor educacional na instituição escolar. **Revista Conteúdo**. Capivari. v. 1. n. 2. Jul./Dez. 2009. Disponível em: <<http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/downloadSuppFile/21/2>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

SIMÃO, M. B. Educação Física na Educação Infantil: refletindo sobre a “hora da Educação Física”. **Revista Zero a Seis**. Florianópolis. V.7. N.12. p.1-7. 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas. 1987.

Enviado em: Junho de 2017

Aceito em: Março de 2018.

Como referenciar este artigo:

NOGUEIRA, Eliane Aparecida; BENDRATH, Eduard Angelo; BASEI, Andreia Paula. A Educação Física na Educação Infantil a partir da ótica de Gestores Municipais. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 5, n° 10, p. 64 a 81, jan/abr, 2018. Disponível em:
<<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/index>>. e-ISSN: 2359-2087.